

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	476.670.378
Preferenciais	0
Total	476.670.378
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.453.264.153	50
1.01	Ativo Circulante	64.179.158	50
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.664.303	50
1.01.06	Tributos a Recuperar	266.945	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	266.945	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.906.535	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	341.375	0
1.01.08.03	Outros	341.375	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.389.084.995	0
1.02.03	Imobilizado	747.264	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	747.264	0
1.02.04	Intangível	1.388.337.731	0
1.02.04.01	Intangíveis	1.388.337.731	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.388.337.731	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.453.264.153	50
2.01	Passivo Circulante	444.759.334	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.072.012	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.072.012	0
2.01.02	Fornecedores	4.074.968	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.074.968	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	430.818	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	430.818	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	430.818	0
2.01.05	Outras Obrigações	439.181.536	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.911.501	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	20.911.501	0
2.01.05.02	Outros	418.270.035	0
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	418.270.035	0
2.02	Passivo Não Circulante	695.813.353	0
2.02.02	Outras Obrigações	695.813.353	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	695.813.353	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	695.813.353	0
2.03	Patrimônio Líquido	312.691.466	50
2.03.01	Capital Social Realizado	349.899.550	50
2.03.04	Reservas de Lucros	11.509.217	0
2.03.04.10	Prêmio de Opção Sobre Debêntures Conversíveis	11.509.217	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.717.301	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.741.216	-23.777.060	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.662.549	-23.633.729	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-78.667	-143.331	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.741.216	-23.777.060	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-24.650.730	-24.940.241	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.540.889	2.618.665	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.191.619	-27.558.906	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-44.391.946	-48.717.301	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-44.391.946	-48.717.301	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-44.391.946	-48.717.301	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,18626	-0,20441	0,00000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-44.391.946	-48.717.301	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-44.391.946	-48.717.301	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-26.159.058	50
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.011.121	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.305.057	0
6.01.03	Outros	157.120	50
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-969.076.189	0
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-969.076.189	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.049.899.500	0
6.03.01	Debêntures - Captação	700.000.000	0
6.03.02	Distribuição de Dividendos	349.899.500	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.664.253	50
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.664.303	50

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50	0	0	0	0	50
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50	0	0	0	0	50
5.04	Transações de Capital com os Sócios	349.899.500	0	11.509.217	0	0	361.408.717
5.04.01	Aumentos de Capital	349.899.500	0	0	0	0	349.899.500
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	11.509.217	0	0	11.509.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.717.301	0	-48.717.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.717.301	0	-48.717.301
5.07	Saldos Finais	349.899.550	0	11.509.217	-48.717.301	0	312.691.466

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50	0	0	0	0	50
5.04.01	Aumentos de Capital	500	0	0	0	0	500
5.04.08	Capital Social a Integralizar	-450	0	0	0	0	-450
5.07	Saldos Finais	50	0	0	0	0	50

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.234.826	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.122.740	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.954.966	0
7.02.04	Outros	-157.120	0
7.02.04.01	Custo da concessão	-157.120	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.234.826	0
7.04	Retenções	-8.045.932	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.045.932	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-21.280.758	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.618.665	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.618.665	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18.662.093	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18.662.093	0
7.08.01	Pessoal	2.007.306	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.643.889	0
7.08.01.02	Benefícios	255.430	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	107.987	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	390.791	0
7.08.02.01	Federais	390.791	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.657.111	0
7.08.03.01	Juros	21.660.248	0
7.08.03.03	Outras	5.996.863	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-48.717.301	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-48.717.301	0

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

1. Perfil

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Infraestrutura Investimentos e Participações foi constituída em 4 de outubro de 2016 com a denominação de CMN Solutions A039 Participações S.A., tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 – Marília – SP.

O lote rodoviário da Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongá, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal, que correspondem a 21% da economia dos municípios. Outros setores representativos são os de construção, com 6% da economia, alimento e bebidas, com 5%, e transporte e armazenagem, com 3%.

De acordo com os estudos realizados pelo Governo do Estado de São Paulo, a projeção de crescimento esperado em cada um desses setores durante os 30 anos de concessão é de:

- Agricultura, silvicultura e exploração florestal – 86%
- Construção – 144%
- Alimento e bebidas – 54%
- Transporte e armazenagem – 58%

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

2. Evento Relevante

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O lote reúne 570 quilômetros de rodovias cobrindo trechos da SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330, SP-333 e SP-351. As estradas concedidas cruzam 30 municípios, entre eles: Assis, Marília, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. Importante ressaltar que a concessão é descontínua, com dois trechos, Norte e Sul, separados por intervalo de 129 quilômetros, entre os municípios de Sertãozinho e Borborema.

O início das operações ocorreu em 5 de julho de 2017, com a assunção da primeira parte do trecho concedido, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea. Foram iniciados os serviços de recuperação compreendidos no PII – Programa Intensivo Inicial –, o Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU) e a operação do CCO – Centro de Controle Operacional

3. Desempenho Econômico

A empresa iniciou sua atividade no início do segundo semestre de 2017. Na primeira fase da concessão não são recebidas receitas de pedágio, com atividades concentradas sobre as obras do PII e construção das praças de pedágio do trecho Borborema-Florínea.

Comentário do Desempenho

4. Receita de Pedágio

As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea.

5. Receita de Obras

No período findo em 30 de setembro de 2017 a receita e custo de construção de R\$3.128.993 foram contabilizados e devido ao fato das contratações dos serviços de construção serem realizadas a valor de mercado, não há reconhecimento de margem de lucro nas atividades de construção.

6. Outra Receitas

As receitas acessórias, sobre uso da faixa de domínio, têm expectativa de início de recebimento a partir de janeiro de 2018.

7. EBITDA/EBITDA Ajustado

Dado ao não recebimento de receitas de pedágio e demais receitas em 2017, não existe EBITDA gerado pela operação, somente consumo de recursos aportados na capitalização inicial e provenientes de tomada de recursos, via debêntures conversíveis.

8. Resultado Financeiro

O resultado financeiro do período foi negativo em R\$ 23.777.060, ocasionado pelo resultado das despesas financeiras oriundas das linhas de crédito tomadas, deduzidas as receitas financeiras geradas pela aplicação dos valores do caixa da Companhia.

9. Resultado do Período

Dado a fase inicial da operação, o resultado da operação foi prejuízo de R\$48.717.301.

10. Endividamento

A empresa emitiu debêntures no valor de R\$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, e remuneradas pela variação de 100% do IPCA para fins de correção monetária, bem como, 8,5% de juros ao ano com previsão de vencimento em maio de 2029.

Em 30 de setembro de 2017 o saldo atualizado das debêntures é de R\$716.724.854.

11. Ônus Fixo Pago ao Poder Concedente/ Ônus Variável

Pela exploração do sistema rodoviário, a Sociedade assumiu o compromisso de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 2 parcelas, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R\$ 960.522.305,96 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R\$397.250.648 (na data base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data base do Contrato. Em 30 de setembro de 2017 o valor é de R\$ 418.112.915.
- Valor variável correspondente a 3% das receitas de pedágio e acessórias efetivamente obtidas mensalmente à título de ônus variável, bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização.

Comentário do Desempenho

12. Manutenção de Rodovias

Desde o início da concessão, a Entrevias trabalha para a modernização do trecho compreendido entre os municípios de Florínea e Borborema – Trecho Sul. Parte das obras de ampliação principal (8,6 quilômetros de duplicação da SP-333 Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, na área urbana de Marília), está prevista para ser entregue ainda no primeiro ano de contrato. Até 2025, um período considerado bastante curto, a Entrevias vai duplicar 211 quilômetros da SP 333, transformando a rodovia no principal eixo de escoamento de safras agrícolas e da produção industrial do Centro-Oeste Paulista.

Até o final do primeiro ano de concessão, a Entrevias executa, em paralelo a grandes obras, o Programa Intensivo Inicial (PII), que inclui a recuperação do pavimento asfáltico - eliminando os buracos, ondulações e desníveis de pista -, a implantação de nova sinalização vertical e horizontal, obras de drenagem, construção e reparos de acostamento, instalação de elementos de segurança e roçada e limpeza de todo o trecho.

A segunda parte da malha a que se refere o contrato – Trecho Norte – está sob concessão da Vianorte e será transferida para o controle da Entrevias assim que terminar o atual contrato, em março de 2018. Este trecho, incorporado à concessionária, também receberá obras de manutenção e ampliação do Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU).

13. Investimentos

A contabilização da provisão de manutenção e investimentos nas rodovias são calculados, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias até o final da concessão.

A gestão eficiente e transparente dos investimentos é acompanhada pelo poder concedente que apresenta periodicamente à opinião pública números que comprovam o êxito do Programa Paulista de Concessão de Rodovias.

Os 570 quilômetros de rodovias da Entrevias - Trecho Sul - SP-333 (Rodovia Doutor Mario Gentil, Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, Rodovia Rachid Rayes e Rodovia Miguel Jubran); SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros) e SP- 266 (Rodovia José Almeida Rodovia Eng. Helder de Sá) e Trecho Norte – SP 322 (Rodovia Armando Salles de Oliveira e Anel Viário Prefeito Antônio Duarte Nogueira) – SP 328 (Rodovia Alexandre Balbo e Avenida dos Bandeirantes), SP 330 (Rodovia Anhanguera) e SP 351 (Rodovia Laureanus Brogna) receberão investimentos que garantem a qualidade e a solidez do negócio. Desde a recuperação básica do pavimento rodoviário, dos dispositivos de acesso e retorno e dos acostamentos até às grandes obras de ampliação – como a duplicação da ponte sobre o Rio Tietê, em Borborema, obra prevista para o 5º ano – os investimentos devem transferir sustentabilidade econômica e mobilidade viária segura.

O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$ 1 bilhão para obras de ampliação, R\$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R\$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários. Além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

14. Dividendos

Não ocorreram distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio no decorrer do período.

Comentário do Desempenho

15. Profissionais

O material humano é o mais importante patrimônio da concessionária. A concessionária entende que o reconhecimento profissional e o constante aperfeiçoamento são ferramentas indispensáveis para o fortalecimento dos valores e do compromisso da empresa com a comunidade, com os [stakeholders](#), usuários e investidores. A Entrevias preza pela ética e pela forma correta de agir, com respeito e transparência, tanto por parte dos seus colaboradores quanto pelas empresas prestadoras de serviços.

No seu primeiro ano de atuação, a Entrevias projeta atuar com cerca de 1.100 profissionais contratados de forma direta e indireta nas mais diversas áreas. Emprego e renda que contribuem com o crescimento e com o desenvolvimento da comunidade. Com políticas institucionais bastante sólidas, a Companhia já projeta plano arrojado de carreira com vista no amadurecimento profissional para, acima de tudo, consolidar-se no mercado pelo comprometimento na entrega de resultados e no compromisso com a eficiência.

16. Responsabilidade Socioambiental

A Entrevias já trabalha no desenvolvimento de projetos socioambientais que vão contribuir de maneira concreta e objetiva para a preservação da fauna e da flora do trecho administrado e colaborar com o fortalecimento social das comunidades lindeiras.

Importantes parcerias com entidades filantrópicas, institutos e a própria sociedade contribuirão para que futuras medidas enriqueçam a política de gerenciamento sustentável, mitigando principalmente os impactos previstos pela consolidação do negócio.

17. Atividades culturais, sociais e esportivas

Apoiar e incentivar práticas de atividades que envolvam esporte, cultura e desenvolvimento social estão entre as ações que a concessionária pretende fomentar nas cidades lindeiras. A Entrevias entende que projetos com esse caráter, se bem planejados e executados, transformam-se em resultados aparentes e transformadores da sociedade.

A concessionária, por meio de ações próprias ou vinculadas a parceiros, terá a missão primordial de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo grupo, o que ampliará a transparência no uso dos recursos aplicados e fomentará e democratizará o acesso à cultura e ao esporte por meio de leis de incentivo fiscal.

18. Programas de Segurança, Educação e Saúde

É meta da Entrevias intensificar em um curto período de tempo seus programas de relacionamento com o público. As iniciativas serão exercidas pela própria concessionária, responsável pela gestão dos investimentos sociais nos mais de 30 municípios que fazem parte do trecho concessionado, de maneira a alinhar a ação aos objetivos estratégicos do negócio. As áreas de atuação dos projetos da Entrevias estão fundamentadas em importantes pilares sociais, como saúde, educação da comunidade e dos usuários, meio ambiente, qualidade de vida e segurança viária.

Em setembro de 2017, a concessionária lançou o Pit Stop Para o Futuro, programa voltado aos alunos da rede municipal de ensino das cidades lindeiras, com idades entre 7 e 11 anos, com o objetivo de ensinar e promover comportamentos seguros e harmônicos no trânsito. Foram contempladas nesta primeira fase escolas de Marília, Tarumã e Assis.

Comentário do Desempenho

No mês seguinte, outubro, a Entrevias realizou o primeiro evento Pit Stop Saúde, em Marília. Na ação, a concessionária ofereceu de forma gratuita exames de saúde, vacinação, atendimento odontológico e atividades físicas para o motorista do trecho – com ênfase no caminhoneiro – e também à comunidade, em parceria com a Unimar – Universidade de Marília –, que ofereceu acompanhamento de coordenadores e alunos dos cursos de odontologia, fisioterapia, veterinária e nutrição. Ao todo, foram realizados 2.224 atendimentos, em 270 motoristas.

A intenção é ampliar o programa para outros públicos, como pedestres, ciclistas e motociclistas, atendendo, assim, as diretrizes do Programa de Redução de Acidentes (PRA) e para a consolidação de políticas institucionais de formação do cidadão das comunidades.

19. Voluntariado

O serviço voluntário é um dos principais pilares na promoção do desenvolvimento social e tem o objetivo de fomentar ações de melhoria social do poder público e do setor privado. A Entrevias vai promover nos próximos meses campanhas importantes com o objetivo de despertar nas pessoas a iniciativa voluntária. Estão previstos projetos que funcionarão tanto no ambiente interno da Companhia, com os funcionários, quanto com a participação de entidades e poder público, como campanha de doação de sangue, arrecadação de agasalhos e alimentos.

O objetivo é proporcionar o impulso humano de ajudar, de colaborar, de compartilhar alegrias, de aliviar sofrimentos e de melhorar a qualidade da vida em comum.

20. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2017: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

21. Considerações finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Comentário do Desempenho

22. Declaração da Diretoria (Inst. CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias reapresentadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias reapresentadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 4 de outubro de 2016, tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 – Marília – SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controlador o fundo Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações.

As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$380.580.177 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras intermediárias estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo se mencionado em contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2017

Em 11 de janeiro de 2018, a CVM por meio do Ofício CVM nº 9/2018/CVM/SEP/GEA-2, requereu o aperfeiçoamento de determinadas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias originalmente divulgadas em 12 de dezembro de 2017. Conseqüentemente, as referidas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas, em função, substancialmente, das melhorias de divulgação às notas explicativas nº 1, referente a informação sobre os controladores diretos; nº 5 e nº6 para contemplar a afirmação sobre a não identificação de perda por desvalorização nos ativos tangíveis e intangíveis; nº 10 referente às condições em que as transações entre partes relacionadas foram efetuadas e chamar à atenção de que a emissão de debêntures ocorrida em 10 de maio de 2017 é uma transação com parte relacionada; nº 16 referentes à divulgação das fontes externas independentes sobre as taxas utilizadas e cotejamento de valores; nº18 referente ao estágio de execução dos contratos de construção em curso; nº 19 referente ao valor da cobertura de seguros; e nº20 referentes eventos subsequentes sobre a captação de empréstimo de R\$ 100.000.000 na forma de notas promissórias.

2.2. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As Demonstrações Financeiras intermediárias foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das Demonstrações Financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras intermediárias são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

2.5. *Impairment* (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.6. Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso ou à venda.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que foram incorridos.

2.7. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando a Companhia apresentar histórico de lucros tributáveis.

2.9. Ativos financeiros

Notas Explicativas

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, e são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis (incluindo clientes e outros créditos) são registrados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

A Companhia não possuía as categorias relacionadas a seguir registradas nas Demonstrações Financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2017 e demonstração financeira de 31 de dezembro de 2016:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.13. Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

2.14. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Classificação como dívida ou instrumento de capital

Os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital são classificados como passivos financeiros ou de capital de acordo com a natureza do contrato.

2.15. Instrumentos de capital

Instrumentos de capital representam qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados líquidos dos custos diretos de emissão.

2.16. Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Notas Explicativas

2.18. Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.19. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, através do método de percentual de evolução financeira (*Percentage of completion*). De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas Demonstrações Financeiras intermediárias e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de comparação das Demonstrações Financeiras.

2.21. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis as Demonstrações Financeiras Intermediárias para 30 de setembro de 2017:

- a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas Demonstrações Financeiras intermediárias. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período
- b) Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (a)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (a)
IFRS 16	Arrendamentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. É esperado que esse pronunciamento seja emitido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo CFC de modo que seja aplicado a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pela s IFRSs.

A Administração da Companhia está em fase de avaliação do potencial impacto destas normas nas Demonstrações Financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa	312	50
Bancos	10	-
Aplicações financeiras Itaú (i)	<u>54.663.981</u>	-
Total	<u>54.664.303</u>	<u>50</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- (i) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário -CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Notas Explicativas

4. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$8.906.534, classificado no ativo circulante refere-se a prêmios de seguros a apropriar e adiantamentos a funcionários.

Detalhes adicionais dos seguros estão descritos na Nota Explicativa nº 17.

5. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática de telefonia	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Adições	5.671	72.341	322.373	381.506	781.891
Transferências	-	-	317.094	(317.094)	-
Depreciação	(235)	(2.304)	(32.088)	-	(34.627)
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>5.436</u>	<u>70.037</u>	<u>607.379</u>	<u>64.412</u>	<u>747.264</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	20,0	-	-

Em 30 de setembro de 2017, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures – partes relacionadas ou de processos de qualquer natureza.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável.

6. INTANGÍVEL

	Contratos de Concessão (i)	Intangível em Rodovias – obras e serviços (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Adição	1.378.824.595	10.950.618	1.389.775.213
Juros sobre as debêntures	6.499.120	74.703	6.573.823
Amortização	<u>(8.011.305)</u>	-	<u>(8.011.305)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>1.377.312.410</u>	<u>11.025.321</u>	<u>1.388.337.731</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	-

(*) O contrato de concessão é amortizado ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33%.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(i) Vide nota explicativa nº18.

(ii) Compreendem basicamente a infraestrutura e telecomunicações, serviços de engenharia, mapeamento e aerolevanteamento, grades, gamelas, reparos, revestimentos e sinalização viária.

Notas Explicativas

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram capitalizados R\$6.573.823 de encargos financeiros.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável.

7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Referem-se a serviços de engenharia e compra de materiais voltados à concessão e aquisições de ativo imobilizado.

8. CREDOR PELA CONCESSÃO

Correspondem ao ônus fixo constante do contrato de concessão e o ônus variável e a taxa de fiscalização, que correspondem ao total de 6% das receitas da Companhia auferidas mensalmente, incluindo as receitas financeiras obtidas de aplicações financeiras, como segue:

	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>
Ônus variável da concessão	78.560	-
Taxa de fiscalização	78.560	-
Contrato de concessão – ônus fixo	418.112.915	-
	<u>418.270.035</u>	<u>-</u>

9. DEBÊNTURES – PARTES RELACIONADAS

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>
Principal	688.490.783	-
Remuneração (juros)	28.234.071	-
	<u>716.724.854</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>20.911.501</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>695.813.353</u>	<u>-</u>

Em 10 de maio de 2017, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 15 de maio de 2029. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações ("FIP ou debenturista"). O montante total da emissão foi de R\$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures.

Notas Explicativas

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficarão classificados no passivo não circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em maio de 2029. Por outro lado, acumulados mensalmente são classificados como passivo circulante, dado que deverão ser pagos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento no dia 15 de novembro de 2017 (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures em razão do seu vencimento antecipado, resgate antecipado obrigatório e/ou conversão em ações da Emissora). São considerados evento de resgate ou amortização obrigatório a realização da emissora de emissão de oferta pública de valores mobiliários (incluindo de debêntures conversíveis em ações) cujos recursos sejam destinados ao pagamento antecipado das debêntures e/ou reembolso de custos decorrentes do pagamento da outorga.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000.000. (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto, (e) do efeito de impairment de ativos, e (f) de eventuais custos não-caixa).

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509.217, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora, (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário, (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora, (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000.000, e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000.

Não há cláusulas de covenants financeiros sobre as debêntures.

10. PARTES RELACIONADAS

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram pagos R\$1.065.817 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros e não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Em 2017 foram pagos ao Pátria Infraestrutura III – FIP, a título de reembolso, o valor de R\$6.460.786 referentes à consultoria empresarial, viagens, engenharia e advogados para estruturação da operação de viabilização do projeto de concessão da Companhia. Os respectivos gastos foram incorridos pelo acionista Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações com partes não relacionadas.

Debêntures

As debêntures conversíveis em ações, conforme nota explicativa nº9, foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”).

11. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de setembro de 2017, o Capital Social subscrito é de R\$476.670.378, representado por 476.670.378 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de maio de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social de R\$500,00 para R\$476.670.378, composto por 476.669.878 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a integralização de R\$349.899.550. O saldo de R\$126.770.828 possui prazo de integralização de até 5 anos contados da data de celebração do contrato de concessão.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A	476.670.378	100

12. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>01.07 a 30.09.17</u>	<u>01.01 a 30.09.17</u>
Conservação e manutenção	(7.530)	(8.484)
Depreciação e amortização	(8.040.688)	(8.045.932)
Custo da outorga variável	(92.453)	(157.120)
Serviços terceiros (i)	(7.947.170)	(10.912.907)
Pessoal	(1.884.891)	(2.398.098)
Materiais e equipamentos	(1.415.742)	(1.798.593)
Outras	(352.742)	(455.926)
	<u>(19.741.216)</u>	<u>(23.777.060)</u>
Classificados como:		
Despesas com pessoal	(1.884.891)	(2.398.098)
Serviços terceiros	(9.736.970)	(13.189.699)
Depreciação e amortização	(8.040.688)	(8.045.932)
Outras despesas operacionais	(78.667)	(143.331)

(i) Referem-se a serviços de análises técnicas, seguros, consultoria de qualidade, comunicação e marketing, jurídica e gestão.

Notas Explicativas**13. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>01.07 a 30.09.17</u>	<u>01.01 a 30.09.17</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	<u>1.540.889</u>	<u>2.618.665</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures – partes relacionadas	(20.351.057)	(21.660.247)
Comissão bancária e outras (i)	<u>(5.840.562)</u>	<u>(5.898.659)</u>
	<u>(24.650.730)</u>	<u>(24.940.241)</u>

(i) Refere-se a despesas bancárias e compromisso de estruturação e coordenação de garantia de limite pré-aprovado de R\$600.000 junto às instituições financeiras.

14. PREJUÍZO POR AÇÃO

	<u>01.07 a 30.09.17</u>	<u>01.01 a 30.09.17</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>(0,19)</u>	<u>(0,20)</u>

a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	<u>01.07 a 30.09.17</u>	<u>01.01 a 30.09.17</u>
Prejuízo do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	(44.391.946)	(48.717.301)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>238.335.689</u>	<u>238.335.689</u>

b) Prejuízo diluído

Em 30 de setembro de 2017 o efeito das debêntures conversíveis em ações reduziria o prejuízo por ação e, portanto, apresenta efeito antidilutivo.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro 2016, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures – partes relacionadas circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário -CDI.
- Debêntures – partes relacionadas: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	30.09.17 (reapresentado)
Dívida (i)	1.146.504.106
Caixa e caixa equivalentes	<u>(54.664.303)</u>
Dívida líquida	1.091.839.803
Patrimônio líquido (ii)	<u>301.182.249</u>
Índice de endividamento líquido	<u>3,63</u>

- (i) A dívida é definida por debêntures – partes relacionadas circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 9, (inclui o valor de R\$11.509.217 referente ao Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis) e pelo saldo de credor pela concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº8.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital (exclui o valor de R\$11.509.217 referente ao Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis).

Notas Explicativas

- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>
Ativos:		
Aplicações financeiras (ii)	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>54.664.303</u>
Passivos-		
Fornecedores (i)	Custo amortizado	4.074.968
Credor pela concessão	Custo amortizado	418.270.035
Debêntures (iii)	Custo amortizado	716.724.854

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme valor nominal unitário – PU, atualizado em 30 de setembro de 2017 e se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.

a) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia através de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2020 em diante</u>
		(Reapresentados)			
Debêntures (i) Credor pela Concessão (ii)	IPCA + 8,5% a.a.	60.646.262	63.317.108	65.948.409	1.807.601.263
	IPCA	428.416.648	-	-	-

(i) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil.

(ii) Valor atualizado com base no IPCA projetado pelo sistema de expectativas de mercado do Banco Central em base

Notas Explicativas

mensal até março de 2018.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Correção monetária sobre a 1ª série das debêntures	Alta do IPCA	7.210.977	9.013.721	10.816.465
Rendimento de aplicação financeira	Redução do CDI	2.618.665	1.963.999	1.309.332

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	0.64%	0.48%	0.32%
IPCA (b)	0.67%	0.84%	1.01%

(a) Refere-se à taxa mensal do CDI em 30 de setembro de 2017. Fonte de informação site da Cetip - www.cetip.com.br.

(b) Refere-se ao IPCA acumulado entre a data de emissão das debêntures e 30 de setembro de 2017. Fonte de informação site do IBGE - www.ibge.gov.br.

17. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de setembro de 2017, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Obras cíveis e instalações	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Poluição súbita	R\$8.000.000	Até julho de 2018
Responsabilidade Civil	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Processos administrativos, judiciais, entre outros	R\$1.107.220.849	Até junho de 2018
Complexo rodoviário sob contrato de concessão para os bens aplicáveis	R\$153.000.000	Até julho de 2018

Notas Explicativas

18. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa é de R\$1.314.501.667, e será paga em 2 parcelas atualizadas pelo IPCA/IBGE, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R\$960.522.305 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.

A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R\$397.250.648 (na data base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data base do Contrato.

- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas bruta mensais auferidas pela concessionária (pedágio e acessórias) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização.

A data de início da operação do Trecho Existente é 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do Termo de Transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários – SAL.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$ 1 bilhão para obras de ampliação, R\$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R\$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30.09.17</u>
Receita de construção	3.128.993
Custos de construção	<u>(3.128.993)</u>
	<u> -</u>

Notas Explicativas

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Transações que não envolveram caixa

	R\$
Aquisição de bens do ativo intangível	3.368.000
Capitalização de juros no intangível	6.573.823
Credor pela concessão	417.581.888

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia captou empréstimo, com a emissão de notas promissórias, no valor total de R\$ 100.000.000, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de outubro de 2017.

As principais características são:

i) Instituição Financeira: Banco ABC Brasil S.A.; ii) vencimento final em 8 de julho de 2018; iii) serão remuneradas à taxa DI +2,8% a.a.; iv) quantidade de 10 notas promissórias com valor de R\$10.000.000 cada; v) Forma e custodiante: Notas Promissórias emitidas em forma cartular, da qual consta a cláusula "sem garantia", custodiada perante a instituição custodiante Itaú Corretora de Valores S.A.; vi) Destinação dos recursos: Cumprimento de obrigações da exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõe o Lote Flórida-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 03/2016 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP; e vii) distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, da totalidade das Notas Promissórias.

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - REAPRESENTADAS

A emissão das Demonstrações Financeiras intermediárias – reapresentadas da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 16 de janeiro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações para os períodos de três e nove meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 6 e nº 18 às demonstrações financeiras intermediárias.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem elevado grau de subjetividade e julgamentos nas premissas utilizadas por parte da Administração e na manutenção de adequados controles da concessão, dado que essas capitalizações representam valores materiais e podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e podem ser registradas por valores incorretos ou ser indevidamente capitalizadas.

Como a auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse ativo incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem, sobre as adições ao ativo intangível de concessão, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; (iv) a adequação dos processos e das atividades de controles existentes; e (v) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração.

Debêntures com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui debêntures com partes relacionadas que são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as debêntures com partes relacionadas foram designadas como instrumento financeiro composto, e a classificação como dívida ou instrumento de capital envolve elevado grau de subjetividade referente às cláusulas contratuais e ao alto nível de julgamento da Administração nas premissas para classificação e manutenção de controles dos cálculos para identificação dos valores a serem segregados, uma vez que essas segregações e esses cálculos podem não estar de acordo com as cláusulas contratuais referentes à captação da respectiva debênture e podem ser registrados por valores incorretos.

Como a auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessa dívida incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de contabilização das debêntures com partes relacionadas entre passivo e patrimônio; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem e leitura do contrato de debêntures firmado entre a Companhia e o debenturista; (iii) a avaliação sobre a adequação do cálculo preparado pela Administração para certificar se o reconhecimento inicial do valor justo do componente passivo é o valor presente dos fluxos de caixa contratados descontados a taxa aplicada pelo mercado naquele período a instrumentos com características de crédito similares e que fornecem substancialmente os mesmos fluxos de caixa, nos mesmos termos, mas que não possuem cláusula de conversão; (iv) a adequação dos processos e das atividades de controles existentes; e (v) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Em 12 de dezembro de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. referente ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, essas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo reapresentadas para contemplar aprimoramentos nas divulgações em atendimento ao Ofício CVM nº 9/2018/CVM/SEP/GEA-2. Nossa conclusão não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Insuficiência de capital circulante líquido

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$380.580.177 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias

e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de janeiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 16 de Janeiro de 2018.

SERGIO RAY SANTILLAN

Diretor Presidente

GILSON DE OLIVEIRA

Diretor de Relações com Investidores

MAURO PINI FRANÇA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2017.

São Paulo, 16 de janeiro de 2018.

SERGIO RAY SANTILLAN

Diretor Presidente

GILSON DE OLIVEIRA

Diretor de Relações com Investidores

MAURO PINI FRANÇA

Diretor